

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: AVALIAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Dezembro/2021

Achados e Pedidos avaliou 55 itens de transparência: pasta apresenta problemas significativos de ausência ou defasagem de dados



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

dezembro/2021

DIREÇÃO EXECUTIVA - TRANSPARÊNCIA BRASIL

Manoel Galdino

SECRETÁRIA EXECUTIVA - ABRAJI

Cristina Zahar

DIREÇÃO - FIQUEM SABENDO

Maria Vitória Ramos

SUPERVISÃO E EDIÇÃO

Maria Vitória Ramos e Marina Iemini Atoji

AVALIAÇÃO E REDAÇÃO

Jéssica Botelho

FINANCIAMENTO



FORDFOUNDATION

Resumo Executivo	4
1. Introdução	5
2. Resumo das informações analisadas	9
2.1 Grupo Transparência Ativa	9
2.1.1 Institucional	9
2.1.2 Programas e ações	10
2.1.3 Participação social	11
2.1.4 Auditorias	12
2.1.5 Convênios e transferências	13
2.1.6 Receitas e despesas	14
2.1.7 Licitações e contratos	15
2.1.8 Servidores	16
2.1.9 Informações classificadas	16
2.1.10 Acesso à Informação	17
2. 1.11 Perguntas frequentes	18
2.2 Grupo Competências	19
2.2.1 Política Nacional do Meio Ambiente	19
2.2.2 Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas	21
2.2.3 Qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais	22
2.2.4 Políticas para a integração do meio ambiente e a produção	25
2.2.5 Políticas e programas ambientais para a Amazônia	26
2.2.6 Estratégias e instrumentos internacionais de promoção das políticas ambientais	28
2.2.7 Zoneamento ecológico econômico	30
2.3 Plano de Dados Abertos (PDA)	31
3. Conclusão	34
4. Anexos	36
5. Referências	36

Resumo Executivo

Esta é uma avaliação detalhada acerca da disponibilidade e da qualidade de dados e informações necessárias para o acompanhamento das ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja competência é orientar e executar a política ambiental nacional. Foram avaliadas 18 categorias de informação, totalizando 55 itens que permitiriam acompanhar o cumprimento das competências do Ministério, bem como itens de transparência ativa obrigatória, de acordo com as diretrizes da [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#).

Foram consultados o [site institucional](#) do Ministério do Meio Ambiente, o [Portal da Transparência](#) e o [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#). O conteúdo do Ministério está em migração do [site antigo](#), ainda ativo, porém este não foi o foco para esta avaliação. Em casos específicos, foi necessário recorrer a outros sistemas, como [Consulta MMA](#), [Painel de Informação de Colegiados \(PIC\)](#) e [Dados Abertos Ambientais](#). A avaliação foi feita entre os dias 28 e 29 de outubro de 2021.

A partir do observado, concluiu-se que:

- **Opacidade:** existem problemas significativos na transparência ativa e na divulgação de dados abertos ambientais por parte do MMA, tais como falta de continuidade e defasagem.
- 47% das informações desejáveis para acompanhamento da execução de políticas públicas ambientais de competência do MMA apresentam algum grau de incompletude e/ou estão indisponíveis.
- A Lei de Transparência Ambiental tem sido descumprida pela pasta, uma vez que a incompletude na maior parte dos itens avaliados no grupo **Competências** é uma violação do art. 2º da legislação.
- Questões institucionais impactam diretamente na transparência de informações-chave para monitoramento de políticas ambientais.

- Há alta proporção de cumprimento das obrigações de transparência ativa impostas pela LAI: dos 31 itens avaliados, 74,1% foram classificados como satisfatórios.
- Como resultado, **tem-se que o Ministério do Meio Ambiente responde em bom nível às exigências do Guia de Transparência Ativa da CGU, mas apresenta índices de transparência bem menos satisfatórios nos assuntos de sua competência específica.** Dos 24 itens relativos às competências do Ministério, apenas seis foram avaliados como satisfatórios. O restante se encontra indisponível (12,5%) ou incompleto (62,5%).
- O pior desempenho foi na categoria **Políticas e programas ambientais para a Amazônia**, em relação à qual não foram encontrados quaisquer dados para um item e para os outros dois itens restantes as informações são insuficientes.

1. Introdução

Este relatório promove uma avaliação detalhada acerca da disponibilidade e da qualidade de dados e informações disponíveis para o acompanhamento das ações do Ministério do Meio Ambiente, criado em 1992, para orientar e executar a política nacional do meio ambiente.

Foram avaliadas 18 categorias de informação que abarcam 55 itens que permitiriam acompanhar o cumprimento das competências do Ministério conforme a [Lei Nº 8.476/1993](#), bem como itens de transparência ativa obrigatória, de acordo com as diretrizes da [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#).

Como competências do MMA, compreende-se o conjunto de atribuições e responsabilidades do Ministério no que se refere às políticas públicas

ambientais de referência e abrangência nacional. Este grupo abrange **sete** categorias, com 25 itens de avaliação.

Itens de transparência ativa, nos parâmetros da LAI, compreendem informações de interesse público que devem ser disponibilizadas por todos os órgãos governamentais, independentemente de solicitações. Foram consideradas as orientações gerais para a divulgação ativa de dados e informações nos sites institucionais dos órgãos ou entidades do governo federal constantes do [Guia de Transparência Ativa](#) da Controladoria-Geral da União (CGU). Este grupo abarca 11 categorias com 31 itens de avaliação.

Foram avaliadas também a disponibilidade e a qualidade dos conjuntos de dados com data de publicação prevista até maio de 2021 no [Plano de Dados Abertos \(PDA\) do MMA](#). O Plano de Dados Abertos do Ministério do Meio Ambiente foi publicado em agosto de 2020. Este grupo foi avaliado à parte, com quatro itens observados.

Para avaliar os dados disponibilizados, foram definidas as categorias de informação, com base na previsão legal relacionada, e os principais itens de acompanhamento que deveriam estar disponíveis em cada categoria para o controle social das atividades do MMA. Em uma tabela, cada um dos itens foi avaliado de acordo com os seguintes critérios: disponibilidade; link de acesso; formato do arquivo; data da última atualização; situação (satisfatório, incompleto, inconsistente, indisponível).

No caso do PDA, foram avaliados critérios adicionais sobre as bases com abertura prevista até maio de 2021, tais como: previsão de publicação e frequência prevista para atualização, conforme o PDA. A metodologia detalhada pode ser consultada na [planilha](#) com a íntegra da avaliação (ver anexos).

O critério usado para a avaliação global deste relatório é o da situação de cada item, que sintetiza a qualidade e completude de dados ou informações, a partir dos demais indicadores, em que:

→ **Satisfatório:** é o dado ou informação que está acessível de maneira satisfatória tanto em disponibilidade, quanto em formato e atualização;

→ **Incompleto:** é o dado ou informação que está publicado, porém com algum aspecto faltante que dificulta ou inviabiliza análises relevantes sobre o tema, por estar com atualização defasada ou por não possibilitar download em formato aberto, por exemplo;

→ **Inconsistente:** é o dado ou informação que apresenta problemas, erros ou duplicidade de cadastro que dificultam ou inviabilizam sua utilização;

→ **Indisponível:** é o dado ou informação que não foi localizado nos sites consultados.

Os sites consultados foram o [atual site institucional](#) do Ministério, o [Portal da Transparência](#) e o [Portal Brasileiro de Dados Abertos](#). Em casos específicos, foi necessário recorrer a outros sistemas, como painéis de dados criados pelo órgão.

A avaliação foi feita entre os dias 28 e 29 de outubro de 2021.

A partir do observado, conclui-se que **47% das informações desejáveis para acompanhamento da execução de políticas públicas ambientais de competência do MMA apresentam algum grau de incompletude e ou estão indisponíveis**. Dos 55 itens avaliados, 5 encontram-se indisponíveis (9%) e 21 estão incompletos (38%). Nenhum item foi classificado como inconsistente.

Mais da metade dos 55 itens avaliados (52%) foram considerados satisfatórios; a maioria deles (23 itens) se refere a obrigações de transparência ativa. O restante se refere a informações sobre as competências do MMA.

Como resultado, **tem-se que o Ministério do Meio Ambiente responde em bom nível às exigências do Guia de Transparência Ativa da CGU, mas apresenta índices de transparência bem menos satisfatórios nos assuntos de sua competência específica**. Dos 24 itens relativos às competências do

Ministério, apenas seis foram avaliados como satisfatórios. O restante se encontra indisponível (12,5%) ou incompleto (62,5%).

O pior desempenho foi na categoria **Políticas e programas ambientais para a Amazônia**, em relação à qual não foram encontrados quaisquer dados para um item e para os outros dois itens restantes as informações são insuficientes.

Ainda, apenas 10 itens resultaram em bases de dados em formato aberto (CSV ou similar). A maior parte das informações (49 itens) é disponibilizada em HTML; são textos informativos publicados no site do Ministério do Meio Ambiente. Em 29 itens, as informações são oferecidas no formato PDF. A soma dos formatos é maior do que a quantidade de categorias com dados disponíveis porque a mesma informação, em alguns casos, é encontrada em diferentes formatos. Isso significa que a oferta de dados abertos ainda é um desafio para o MMA, apesar da implementação do segundo Plano de Dados Abertos do órgão, cujo cumprimento foi avaliado à parte neste relatório.

2. Resumo das informações analisadas

Os quadros a seguir apresentam a síntese dos itens avaliados neste relatório. Detalhes sobre a metodologia e observações da avaliação podem ser consultados na planilha completa.

2.1 Grupo Transparência Ativa

2.1.1 Institucional

As informações institucionais atendem aos requisitos mínimos exigidos pela LAI. De modo geral, a estrutura organizacional e a ocupação dos principais cargos são divulgadas de forma satisfatória e com atualização regular. Inclusive, nota-se uma padronização de currículos dos dirigentes. Horário de atendimento foi o único item sobre o qual não foram encontradas informações.

Em relação aos compromissos institucionais, o item Agenda de Autoridades é atendido de forma satisfatória. Além da agenda do ministro, foram identificadas informações sobre compromissos do chefe e dos assessores do gabinete do ministros, dos secretários, secretários-executivos, secretários-adjuntos e diretores de seis secretarias e um histórico onde constam a agenda do [ex-ministro Ricardo Salles](#) e de outros ex-funcionários da pasta.

Apesar da disponibilidade de informações sobre agenda dos principais dirigentes do Ministério, as informações são incompletas, uma vez que existem problemas significativos para algumas autoridades, tais como ausência de informações; períodos sem compromissos registrados; solicitação de login na plataforma gov.br para visualizar informações e atualização defasada. Portanto, há descumprimento da [Resolução nº 11/2017](#) da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Outros problemas identificados quanto à disponibilidade e qualidade das informações de agenda foram:

- Não há detalhamento dos compromissos públicos (tipo de compromisso; objetivo; conexão com atuação e competências do MMA), também em desacordo com a Resolução 11/2017;
- Não há outro formato de arquivo disponível para consulta;

→ Não é possível fazer download das informações.

Tabela 1 - Itens da categoria Institucional avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	AValiação
Estrutura organizacional e competências	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura_organizacional	Satisfatório
Base jurídica da estrutura organizacional e das competências	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura-e-competencias	Satisfatório
Principais cargos e respectivos ocupantes	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/institucional/quem-e-quem-1	Satisfatório
Telefones, endereços e e-mails dos ocupantes dos principais cargos	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/institucional/quem-e-quem-1	Satisfatório
Agenda de autoridades	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/agenda-de-autoridades-1	Incompleto
Horário de atendimento	N/A	Indisponível
Currículos dos principais cargos	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/institucional/quem-e-quem-1	Satisfatório

2.1.2 Programas e ações

Nos itens referentes aos programas e ações desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, as informações são divididas em nove seções, sendo uma delas

a Carta de Serviços ao Cidadão. As datas de atualização variam entre os anos de 2019, 2020 e 2021.

Documentos de gestão institucional - metas, planejamento, Plano Plurianual, gestão de risco e integridade - também encontram-se distribuídos nesta categoria.

Tabela 2 - Itens da categoria Programas e Ações avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Lista de programas e ações desenvolvidos e/ou executados pelo órgão	https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas	Satisfatório
Principais metas e indicadores de resultados dos programas e ações	https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao_desempenho_institucional https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento_institucional	Satisfatório
Carta de serviços ao cidadão	https://www.gov.br/mma/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-1/carta-de-servicos	Satisfatório

2.1.3 Participação social

A Ouvidoria é o mecanismo de participação social para acolhimento de sugestões e reclamações e para adoção de medidas com objetivo de aprimorar os serviços de órgãos públicos. Neste item, a avaliação do MMA é satisfatória, visto que a pasta disponibiliza dados para consulta em detalhes e em diferentes suportes.

Em relação a audiências e consultas públicas, as informações são incompletas, pois não foram identificadas informações sobre audiências e, quanto às consultas públicas, foram encontradas informações apenas sobre consultas encerradas e há uma defasagem de, pelo menos, um ano na atualização dos dados.

Dados sobre a participação do Ministério em conselhos e órgãos colegiados são sistematizados em um sítio eletrônico à parte ao principal, o Painel de Informação de Colegiados (PIC), onde é possível combinar filtros para acessar detalhes, incluindo legislação, sobre 237 mecanismos de participação social.

Tabela 3 - Itens da categoria Participação Social avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Ouvidoria	https://www.gov.br/mma/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-1	Satisfatório
Audiências ou consultas públicas previstas e realizadas	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas http://consultaspublicas.mma.gov.br/	Incompleto
Informações sobre conselhos e órgãos colegiados	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDk0Mjk0Y2YtOTlkNi00ODc3LTlkNzltMjYwZmNmNGM1NmJlIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9&pageName=ReportSection	Satisfatório

2.1.4 Auditorias

A seção Transparência e Prestação de Contas reúne informações e análises quantitativas e qualitativas sobre a gestão da pasta de 2005 a 2021. No entanto, há inconsistência de informações para cada ano - não constam os mesmos dados e documentos. Por exemplo, as seções referentes aos anos de 2011 e 2013 estão vazias. Esta situação se repete no item sobre relatórios e certificados de auditoria.

Tabela 4 - Itens da categoria Auditorias avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Relatórios de gestão	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas	Incompleto
Relatórios e certificados de auditoria	https://www.gov.br/mma/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas	Incompleto

2.1.5 Convênios e transferências

O site orienta como acessar as informações no Portal da Transparência, com link direto para os filtros indicados, onde se pode acessar as informações em atualidade e detalhamento satisfatórios, além da possibilidade de fazer download dos dados em formato aberto.

Tabela 5 - Itens da categoria Convênios e Transferências avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
------	----------------	----------

Convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-transferencias	Satisfatório
---	---	--------------

2.1.6 Receitas e despesas

Para acessar dados sobre receita e execução orçamentária, o Ministério do Meio Ambiente orienta como consultar as informações do órgão diretamente no [Portal da Transparência](#).

Os dados do Portal da Transparência sobre execução orçamentária, pagamentos de diárias e despesas por programa oferecem atualidade e detalhamento satisfatórios, além da possibilidade de download de dados em formato aberto.

Tabela 6 - Itens da categoria Receitas e Despesas avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Previsão e arrecadação de receita pública	http://www.portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta?mma	Satisfatório
Execução orçamentária e financeira detalhada de gastos com aquisição e contratação de obras e compras	http://transparencia.gov.br/despesas/orgao?mma	Satisfatório
Quadro de Execução de Despesas, por programa e unidade orçamentária	http://transparencia.gov.br/orcamento/despesas?mma	Satisfatório
Despesas com diárias e	http://transparencia.gov.br	Satisfatório

passagens pagas a r/viagens/consulta?mma
servidores públicos e
colaboradores eventuais

2.1.7 Licitações e contratos

Os itens acerca das licitações e contratos efetuados pelo MMA foram avaliados positivamente. As informações sobre contratação de serviços e aquisição de bens estão distribuídas em quatro seções: Plano Anual de Contratações; Licitações; Credenciamento; Contratos e outras avenças. Além disso, a seção disponibiliza dados de contato dos setores responsáveis e informa ainda que as licitações em andamento devem ser consultadas no [Portal de Compras do Governo Federal](#).

Informações sobre licitações estão divididas entre pregão eletrônico e ata de registro de preço (2020 e 2021); dispensa de licitação e inexigibilidade (2016, 2020 e 2021). Já os dados sobre contratos incluem íntegra do contrato, publicação no DOU e nota de empenho.

Tabela 7 - Itens da categoria Licitações e contratos avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Procedimentos licitatórios realizados	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes	Satisfatório
Contratos firmados e notas de empenho expedidas	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos-e-outras-avencas	Satisfatório

2.1.8 Servidores

No site do Ministério, a [seção dedicada aos Servidores](#) apresenta links que redirecionam para o Portal da Transparência. Sobre concursos públicos realizados ou em andamento, constam apenas informações sobre certames realizados de 2009 a 2011 e, por esta razão, o item foi classificado como Incompleto.

Tabela 8 - Itens da categoria Servidores avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Íntegra dos editais de concursos públicos realizados	https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/servidores	Incompleto
Relação dos agentes públicos, efetivos ou não, lotados ou em exercício no órgão	http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/consulta?orgaosServidorLotacao=OR40111&ordenarPor=nome&direcao=asc	Satisfatório

2.1.9 Informações classificadas

Existe uma seção no site institucional do MMA dedicada a informações classificadas, incluindo o rol de informações classificadas e desclassificadas nos últimos doze meses.

Formulários de pedido de desclassificação e de recurso referente a pedido de desclassificação são disponibilizados de forma satisfatória em formato PDF e DOC.

Tabela 9 - Itens da categoria Informações classificadas avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Rol das informações classificadas em cada grau de sigilo	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/Doc1RollInfoClassif24MAIO21.pdf	Satisfatório
Rol das informações desclassificadas nos últimos 12 meses	"https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/Doc2RollInfoDesclassif24MAIO21.pdf "	Satisfatório
Formulários de pedido de desclassificação e de recurso referente a pedido de desclassificação	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas	Satisfatório

2.1.10 Acesso à Informação

O MMA disponibiliza informações sobre funcionamento, localização e dados de contato do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), bem como o modelo de formulário de solicitação de informação em meio físico (papel).

As estatísticas sobre os pedidos recebidos, deferidos e indeferidos, prazos de atendimento, entre outros dados estão reunidos nos relatórios, mas este item foi considerado incompleto por constar apenas documentos referentes aos anos de 2019 e 2020.

Na avaliação do [Painel Lei de Acesso à Informação](#), da Controladoria Geral da União, o Ministério do Meio Ambiente descumpre 4,08% e cumpre parcialmente 26,53% dos itens de transparência ativa. O maior índice de descumprimento (100%) é referente ao item Perguntas Frequentes, que não existe no sítio eletrônico da pasta, seguido do item Servidores (33,3%).

Tabela 10 - Itens da categoria Acesso à Informação avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Informações sobre o funcionamento, localização e dados de contato do SIC	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-e-sic/localizacao-e-horario-de-funcionamento	Satisfatório
Relatórios estatísticos de atendimento à Lei de Acesso à Informação	https://www.gov.br/mma/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-1/relatorios/relatorios-da-ouvidoria	Incompleto
Modelo de formulário de solicitação de informação em meio físico (papel)	https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-e-sic	Satisfatório

2. 1.11 Perguntas frequentes

Não foi localizada uma seção com as perguntas mais frequentes sobre as políticas públicas ambientais e a gestão do MMA. No [site antigo](#), em processo de desativação, contém uma seção dividida por áreas de atuação do órgão.

Tabela 11 - Itens da categoria Perguntas frequentes avaliados no grupo Transparência Ativa

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Lista de dúvidas mais frequentes dos cidadãos em forma de perguntas e respostas	N/A	Indisponível

2.2 Grupo Competências

2.2.1 Política Nacional do Meio Ambiente

Nesta categoria estão reunidos indicadores ligados a políticas públicas de referência nacional sob a coordenação do MMA, tais como tratamento de resíduos sólidos, gestão de unidades de conservação, etc.

O item Indicadores Ambientais Nacionais contempla um conjunto¹ de documentos referentes a estatísticas gerais de temas importantes para a gestão ambiental, como quantidade de agrotóxicos comercializados, espécies de fauna e de flora ameaçadas, unidades de conservação, entre outros.

Os objetivos dessa coletânea de indicadores são mensurar os números em comparação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e apoiar as políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente e os órgãos a ele vinculados. No entanto, há uma defasagem significativa na atualização dos dados - o último ano de referência identificado nas informações estatísticas é 2017. Por esta razão, o item foi classificado como incompleto.

¹ Uma tabela com todos os indicadores e detalhes de cada um foi elaborada na aba Indicadores Ambientais Nacionais da planilha geral de avaliação.

Tabela 12 - Itens da categoria Política Nacional do Meio Ambiente avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Indicadores Ambientais Nacionais	https://dados.gov.br/dataset/indicadores#	Incompleto
Informações sobre Unidades de Conservação	https://dados.gov.br/dataset/unidadesdeconservacao	Incompleto
Política Nacional de Resíduos Sólidos	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/lixao-zero	Incompleto
	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/combate-ao-lixo-no-mar	
	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/recuperacao-de-areas-contaminadas	
Educação e Cidadania Ambiental	https://dados.gov.br/dataset/painelsaneamento_mm	Satisfatório
	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/educacaoambiental	
Educação e Cidadania Ambiental	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/educacaoambiental/educa-mais	Satisfatório
	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ec	
Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação,	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ec	Satisfatório

Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade	ossistemas-1/areas-prioritarias http://areasprioritarias.mma.gov.br/
--	--

2.2.2 Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas

Em relação às políticas relacionadas à preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas, reunimos itens que apresentam informações sobre programas, sistemas de informação, ações e estratégias nos diferentes ecossistemas ambientais.

Destacamos dois itens - Recuperação e redução da degradação da vegetação nativa nos biomas e Combate e prevenção e o controle do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais e queimadas - como pontos de atenção.

O [Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa \(Planaveg\)](#) e a [Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa \(Proveg\)](#) estão acessíveis no site do Ministério. Porém, não é possível averiguar o progresso e a atual situação das áreas em processo de recuperação ou redução de degradação devido a ausência de dados ou informações sobre onde encontrá-los.

Quanto às informações relativas às ações para prevenção e controle do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais e queimadas, os dados encontram-se distribuídos em documentos de balanços anuais de apenas dois biomas (Amazônia e Cerrado) e planos operativos em formato PDF. Sem orientações sobre acesso a informações em outros órgãos da União, como o [Ibama que trata da contratação de brigadistas](#), portanto ação de prevenção e combate.

Tabela 13 - Itens da categoria Política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, biodiversidade e florestas avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Programa Adote Um Parque	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/adoteumparque	Incompleto
Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF	https://www.florestal.gov.br/snif/ https://dados.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-informacoes-florestais-snif	Incompleto
Conservação e a recuperação de serviços ecossistêmicos	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/conservacao-1/conservacao https://dados.gov.br/dataset/conservacao-da-biodiversidade-pelo-manejo-de-esppecies-ameacadas-de-extincao	Incompleto
Recuperação e a redução da degradação da vegetação nativa nos biomas	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/ecossistemas-1/recuperacao	Incompleto
Combate, a prevenção e o controle do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais e queimadas	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais	Incompleto

2.2.3 Qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais

As inconsistências identificadas nos sítios eletrônicos analisados foram as seguintes:

- Ausência de dados sobre monitoramento: não foram encontrados dados que permitam analisar o estado da qualidade do ar, das águas e do solo, tampouco orientações sobre onde e como acessar informações em outros sítios eletrônicos.
- Informações incluídas no documento em formato PDF sobre o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas não menciona poluição provocada por garimpos ilegais - um problema que tem impactado, principalmente, territórios indígenas, [prejudicando a saúde de povos originários](#) e [a biodiversidade pela contaminação por mercúrio](#).
- O item sobre **serviços ambientais** foi o único desta categoria classificado como satisfatório, pois constam informações, no sítio eletrônico do Ministério e em outro secundário, suficientes para compreender a implementação das ações.

Tabela 14 - Itens da categoria Qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Projetos de apoio e de incentivo a pagamento por serviços ambientais	https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/servicosambientais http://redd.mma.gov.br/pt/	Satisfatório
Programa Floresta +	https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/servicosambientais/floresta-amais	Incompleto

Prevenção, o controle e o monitoramento da poluição	https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/agendaambientalurbana/combate-ao-lixo-no-mar	Incompleto
	https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/agendaambientalurbana/ recuperacao-de-areas-contaminadas	
Qualidade do ar, das águas e do solo	https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/agendaambientalurbana/cidadesmaisverdes https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/agendaambientalurbana/ar-puro https://www.gov.br/mma/pt-br/as-suntos/agendaambientalurbana/qualidade-da-agua	Incompleto

2.2.4 Políticas para a integração do meio ambiente e a produção

Foram avaliados três itens na categoria **Políticas para a integração do meio ambiente e a produção**. Observou-se um bom desempenho em relação a informações e dados abertos sobre patrimônio genético e ecoturismo em Unidades de Conservação, porém o item relacionado a conhecimentos tradicionais foi classificado como indisponível por falta de dados.

Sobre o primeiro tópico, os dados estão atualizados e disponibilizados em formato aberto do [Portal de Dados do MMA](#), além de informações gerais no sítio eletrônico da pasta sobre o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen) e repartição de benefícios.

Em relação a estratégias para promoção de ecoturismo em Unidades de Conversação, existem duas seções no sítio eletrônico onde encontram-se um panorama geral: Áreas Protegidas e Ecoturismo, onde constam informações sobre concessão, lista de parques e subseções para dois programas da área; e Parque+, política que reúne um conjunto de iniciativas para implementação de práticas turísticas, incluindo a [Rede Trilhas](#).

Tabela 15 - Itens da categoria Políticas para a integração do meio ambiente e a produção avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Políticas para o desenvolvimento da economia associada ao patrimônio genético	https://www.gov.br/ma/pt-br/assuntos/biodiversidade/patrimonio-genetico/patrimonio-genetico	Satisfatório
Políticas para o desenvolvimento da economia associada ao conhecimento tradicional	https://dados.gov.br/dataset/patrimoniogeneticoecta	
Políticas para o desenvolvimento da economia associada ao conhecimento tradicional	N/A	Indisponível
Desenvolvimento sustentável das áreas protegidas por meio do aproveitamento turístico sustentável das unidades de conservação	https://www.gov.br/ma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/parquemais https://www.gov.br/ma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo	Satisfatório

2.2.5 Políticas e programas ambientais para a Amazônia

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) é um importante instrumento para conservação do bioma por meio da criação, consolidação e sustentabilidade financeira permanente de unidades de conservação. Criado em 2002, o Arpa foi pensado para atingir metas a longo prazo, até o ano de 2039. O programa é reconhecido internacionalmente como uma política bem sucedida na região amazônica. Apesar da relevância do programa, o sítio eletrônico do MMA não dispõe de uma seção de fácil acesso ou mesmo de orientações para encontrar histórico, documentos e dados relacionados ao Arpa e, por esta razão, foi classificado como indisponível.

Outros dois itens sobre políticas e programas ambientais para a Amazônia foram analisados e classificados como incompletos por ausência ou defasagem de informações (foram encontrados dados até 2017), documentos e dados que permitam verificar um panorama mais aprofundado sobre ações estratégicas referentes ao bioma.

Tabela 16 - Itens da categoria Políticas e programas ambientais para a Amazônia avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Programa Áreas Protegidas da Amazônia - Arpa	N/A	Indisponível
Prevenção e o controle do desmatamento ilegal, dos incêndios florestais e das queimadas	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/control-de-desmatamento-e-incendios-florestais/municipios-prioritarios	Incompleto
Redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do	https://dados.gov.br/dataset/pagamentosredd	Incompleto

desmatamento e da
degradação florestal

2.2.6 Estratégias e instrumentos internacionais de promoção das políticas ambientais

Após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021, a COP26, ficou patente a importância e a necessidade de atingir as metas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, esta categoria abarca itens relativos a atuação do MMA na formulação de políticas de referência nacional como coordenar a Política Nacional sobre Mudança do Clima, a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e as políticas relacionadas à proteção da camada de ozônio.

Dos três itens avaliados nesta categoria, apenas Mudanças Climáticas apresentou desempenho satisfatório no que se refere à oferta acessível de informações, em dados e documentos, que auxiliam na compreensão do que está sendo desenvolvido na área. Os outros dois itens - **Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca** e **Proteção da camada de ozônio** - foram classificados como incompletos pela ausência de informações específicas sobre quais ações e medidas estão em curso e indicadores de resultados alcançados de acordo com as metas estabelecidas nos acordos internacionais.

Tabela 17 - Itens da categoria Estratégias e instrumentos internacionais de promoção das políticas ambientais avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Mudanças climáticas	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/mudancasclimaticas	Satisfatório
	https://dados.gov.br/datas	

	et/documentacaotecnica dd	
	https://dados.gov.br/datas-et/quadro-de-fontes-internacionais-e-nacionais-de-financiamento-de-acoes-em-mudanca-do-clima	
Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/desertificacao	Incompleto
Proteção da camada de ozônio	https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/ozonio	Incompleto

Como estão as estratégias de mitigação de impacto das mudanças climáticas na Amazônia Legal?

De acordo com o [relatório “Emergência Climática: estratégias subnacionais na Amazônia”](#), publicado pelo projeto Achados e Pedidos (Out/2021), que avaliou os estados da região - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins:

- Dos 9 estados, 4 têm metas que citam diretamente mudanças climáticas nos Planos Plurianuais (PPAs) 2020-2023: Amazonas, Amapá, Maranhão e Mato Grosso.
- Em dois estados (Amapá e Maranhão), os PPAs são os instrumentos legais que definem ações específicas sobre mudanças climáticas; no restante, há leis que criam políticas públicas perenes para a área.
- Todos os estados têm políticas ou planos de gestão de recursos hídricos.
- As estratégias para adaptação aos efeitos das mudanças climáticas ainda são incipientes: em nenhum estado o monitoramento de condições hidrometeorológicas é acompanhado de protocolos permanentes de alerta e contingência.
- Em oito estados, a estrutura administrativa dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental também conta com setores específicos para políticas referentes às mudanças climáticas. A exceção é Rondônia, que diz preparar a implementação de um Grupo de Trabalho.
- Oito estados têm instâncias para participação da sociedade civil na construção das políticas públicas referentes a mudanças climáticas. A exceção é Roraima.
- A transparência pública de dados e informações sobre governança climática nos estados analisados, em geral, não é acessível.

2.2.7 Zoneamento ecológico econômico

Com apenas um item de avaliação - Zoneamento ecológico-econômico nacional e macrorregional - não foi possível localizar o conjunto de políticas e ações do MMA nesta categoria, uma vez que as informações sobre ações de Zoneamento Ecológico-Econômico estão dispersas em conteúdos de releases institucionais elaborados pela Assessoria de Comunicação do órgão.

Tabela 18 - Itens da categoria Zoneamento ecológico econômico avaliados no grupo Competências

ITEM	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Zoneamento ecológico-econômico nacional e macrorregional	N/A	Indisponível

2.3 Plano de Dados Abertos (PDA)

O primeiro Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério do Meio Ambiente data de dezembro de 2017. Para esta avaliação, o foco foi o PDA mais recente, publicado em agosto de 2020, com metas para o biênio 2021-2022.

Os conjuntos de dados listados no PDA previstos para disponibilização neste ano foram classificados como satisfatórios, pois encontram-se publicados, atualizados e em formatos abertos e, portanto, cumpriram o estabelecido no plano.

Tabela 19 - Bases de dados com abertura prevista até agosto/2021 no PDA

BASE DE DADOS	PREVISÃO	LINK DE ACESSO	SITUAÇÃO
Legislação Ambiental	Agosto/2020	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieMGIwMmVmNTgtMmU3My00NGM0LWFjZGYtNDZjYzBjOTA2YjUzliwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlnyJ9	Satisfatório
Colegiados do MMA	Agosto/2020	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieMDk0Mjk0Y2Y	Satisfatório

		tOTIkNi00ODc3LTIkNzItMjY wZmNmNGM1NmJlliwidCI 6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgt NGMxZi1hNGJhLTMzZThm M2M1NTBINyJ9&pageNam e=ReportSection	
		https://dados.gov.br/datas et/colegiados-do-ministeri o-do-meio-ambiente	
Financiamento em Mudança do Clima sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente	Agosto/2021	http://dados.mma.gov.br/d ataset/financiamento-mud anca-do-clima	Satisfatório
		https://www.gov.br/mma/p t-br/acesso-a-informacao/r ecursos-externos	
Recursos Externos	Novembro/2 020	https://dados.gov.br/datas et/acompanhamento-de-p rojetos-de-recursos-extern os-aprex	Satisfatório

As quatro bases de dados foram abertas de acordo com o cronograma do PDA e estão listadas na página [Dados Abertos](#) do site do MMA (com título e link de acesso). As mesmas também estão indexadas no [Portal de Dados Abertos](#). Não há aberturas de bases de dados previstas para 2022.

Dados abertos e problemas de transparência socioambiental

O relatório “[Área Socioambiental: império da opacidade](#)”, elaborado pelo projeto Achados e Pedidos em maio de 2021, identificou sete problemas de transparência na gestão socioambiental federal - que se repetem na avaliação do Ministério do Meio

Ambiente - a partir da análise de dados abertos e de **Planos de Dados Abertos de 43 órgãos**:

1. Dados não produzidos
2. Dados com acesso dificultado por falta de sistematização
3. Dados indisponíveis por problemas técnicos
4. Dados descontinuados ou desatualizados
5. Dados descentralizados ou distribuídos em múltiplos sistemas
6. Falta de efetividade da LAI
7. Ausência de políticas para abertura de dados

Em decorrência de tais problemas, o Achados e Pedidos protocolou denúncias no Tribunal de Contas da União (TCU) e na Controladoria Geral da União (CGU), além de publicar um manifesto e criar precedente em pedido de acesso à informação:

- [Denúncia no TCU](#) sobre ausência e desatualização de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- [Denúncia na CGU](#) sobre descumprimento da Política Nacional de Dados Abertos
- Manifesto [“Sem transparência, não há sustentabilidade”](#), assinado por mais de 30 organizações, contra a violação das leis de transparência em órgãos ambientais
- Após dois recursos em um pedido de acesso à informação, [obtem ata da primeira reunião](#) do Conselho da Amazônia

3. Conclusão

Com base na avaliação realizada e descrita neste relatório, conclui-se que existem problemas significativos na transparência ativa e na divulgação de dados abertos ambientais por parte do MMA, tais como falta de continuidade e defasagem. Mais uma vez, nota-se a opacidade como regra, pois a ausência de dados importantes para acompanhamento das estratégias de gestão ambiental é evidente.

Neste cenário, pode-se afirmar que a Lei de Transparência Ambiental tem sido descumprida pela pasta, uma vez que a incompletude na maior parte dos itens avaliados no grupo Competências é uma violação do art. 2º da legislação (“Os

órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do Sisnama, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico (...). Em especial, observa-se violação dos incisos I e V (pela incompletude nas informações da categoria Qualidade Ambiental) e do inciso IV (pela falta de informações completas sobre ações estratégicas no combate à prevenção e controle do desmatamento ilegal e redução de emissões de gases do efeito estufa).

Pela abrangência e complexidade das competências do MMA, é necessário avaliar ainda a transparência dos órgãos diretamente vinculados, como o Ibama e ICMBio, para alcançar a totalidade da implementação da política nacional de meio ambiente. O mesmo ocorre para órgãos vinculados a outras pastas, mas que têm funções relevantes para políticas públicas ligadas ao meio ambiente, a exemplo do [relatório “Transparência Inativa: a opacidade da Funai”](#), elaborado pelo Achados e Pedidos sobre o principal órgão de política indigenista do país e que é vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Levantamentos sobre a transparência ambiental do governo federal apontam a recorrência da opacidade de dados, mesmo com a Lei de Transparência Ambiental e a Lei de Acesso à Informação como mecanismos para fortalecimento da produção e divulgação de dados ambientais. O relatório [Área Socioambiental: Império da Opacidade](#), produzido pelo Achados e Pedidos e publicado em maio deste ano, já apontava questões institucionais que impactam na transparência de informações-chave para monitoramento de políticas ambientais, como a transferência de órgãos subordinados ao Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2019.

Problemas também identificados na transparência da Fundação Nacional do Índio - Funai, avaliada pelo [relatório Transparência Inativa - a opacidade da Funai](#). Ou seja, o acesso a informações relativas às questões socioambientais está prejudicado e, por consequência, o controle social sobre órgãos e políticas ambientais no país.

4. Anexos

Achados e Pedidos - Análise de Transparência MMA

5. Referências

Plano de Dados Abertos MMA

Lei da Transparência Ambiental

Política Nacional de Meio Ambiente

Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente

Análises de transparência e dados socioambientais por Achados e Pedidos (2021)